



16 DE DEZEMBRO DE 2011

Sexta – feira

- **NOTÍCIAS CNI (ANEXO)**
- **INFORMATIVO NOTÍCIAS SEMANAIS 48/2011 - DAL/FIEP (ANEXO)**
- **INDÚSTRIA DO PARANÁ ENCARA 2012 COM "OTIMISMO CAUTELOSO"**
- **POSCO GANHA CONTRATO DE US\$ 4 BI PARA CONSTRUIR SIDERÚRGICA NO BRASIL**
- **DÓLAR TEM PRIMEIRA QUEDA EM TRÊS DIAS E VALE R\$ 1,861**
- **SP RESPONDE POR PREVIDÊNCIA DE ADVOGADOS**
- **FEDERAÇÃO PARANAENSE E PARCEIRO INFORMAM O PESO DOS TRIBUTOS**
- **SECRETÁRIA DO MDIC NEGA MUDANÇA EM ALTA DO IPI PARA CARROS IMPORTADOS**
- **ARRECAÇÃO DE IPI DE AUTOMÓVEIS CRESCE 22,21% NO ANO**
- **FLÁVIO MENEGHETTI SUCEDE SÉRGIO REZE NA FENABRAVE**
- **TRABALHO REALIZADO A DISTÂNCIA NÃO IMPEDE RECONHECIMENTO DE VÍNCULO**

| Câmbio Em 16/12/2011 | | |
|-------------------------|--------|-------|
| | Compra | Venda |
| Dólar | 1,844 | 1,845 |
| Euro | 2,403 | 2,404 |

Fonte: BACEN

Indústria do Paraná encara 2012 com "otimismo cauteloso"

16/12/2011- Gazeta do Povo

A indústria paranaense vê com reservas os resultados que suas atividades podem ter no próximo ano. De acordo com um levantamento feito pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), o quadro que se vê é de um otimismo com cautelas, semelhante ao que outros representantes da iniciativa privada vêm apontando para o período.

Segundo os indicadores da Fiep, 76,9% dos industriais locais têm expectativas favoráveis para o próximo ano – número que, segundo o presidente da organização, Edson Campagnolo, não é alto para o setor e representa um "bom humor relativo". A sondagem consultou 425 empresas, de todos os portes e regiões do estado, que empregam 106 mil pessoas – 20% dos trabalhadores do setor.

Boa parte do empresariado brasileiro tem expectativas positivas quanto às operações de suas empresas e o cenário econômico para 2012. Mas os números levantados por alguns representantes do setor revelam que os empresários estão com uma espécie de "confiança desconfiada". Segundo uma dessas sondagens, mais da metade dos homens de negócios cita uma possível desaceleração da economia brasileira como sua maior preocupação em relação ao próximo ano.

Do lado do otimismo, as pesquisas apontam que o bom momento brasileiro pode resultar em investimentos na operação das companhias, em estratégias comerciais e também em contratações. No entanto, chama atenção a possibilidade de desaceleração do país, influenciada por fatores como a crise europeia.

Segundo um levantamento feito pela consultoria de recursos humanos Michael Page junto a empresas instaladas no Brasil, 45,9% dos entrevistados acreditam que 2012 deve trazer um crescimento mais vigoroso do produto interno bruto (PIB) brasileiro em comparação com o de 2011.

Em outra pesquisa, feita pela Câmara Americana de Comércio (Amcham), a expectativa de um crescimento ainda maior do PIB é dividida por 44% dos empresários, enquanto a inflação mais controlada é esperada por 50% deles. Entretanto, o desaquecimento da economia nacional é a maior preocupação de 64% dos empresários.

O diretor executivo do grupo Battistella, Marcos Perillo, concorda com parte das perspectivas. Mas se coloca como otimista. Segundo ele, mesmo diante de possíveis adversidades internacionais, o Brasil continua inserido em um "cenário privilegiado" – possibilitado, entre outras coisas, pela "economia bem estabelecida, madura e pouco alavancada".

"É difícil prever alguns resultados pontuais, mas o Brasil tem boa segurança para fazer um bom 2012. Dependendo dos rumos da crise europeia, isso pode acontecer de forma mais tranquila ou mais turbulenta. Mas ainda assim o país exibe condições de crescer", diz Perillo.

"O humor do industrial caiu, motivado em parte pelas notícias que vêm de fora. Ainda há certas expectativas positivas, claro, mas tudo com muito cautela."

Edson Campagnolo, presidente da Fiep

O percentual de expectativas favoráveis caiu pelo segundo ano seguido –ele era de 87,8% para 2010 e de 86,4% para 2011. "O humor do industrial caiu, motivado em parte pelas notícias que vêm de fora. Ainda há certas expectativas positivas, claro, mas tudo com muito cautela, muita responsabilidade", afirmou Campagnolo.

O levantamento apontou que, entre as indústrias que veem 2012 com otimismo, boa parte delas considera a possibilidade de novos investimentos (apontada por 40,6% das entrevistadas), número que supera a previsão de aumento nas vendas (citada por 39% das companhias).

A maior parte dos investimentos deve ser voltada à atividade produtiva das empresas. Ela é contemplada pelos cinco principais destinos dos aportes apontados pelas companhias. A produtividade, lembrada por 48% das indústrias, e a modernização tecnológica, citada por 46,8%, lideraram a lista. A busca por novas tecnologias, com 13,4%, e o marketing, com 13,9%, ficaram entre os que menos devem receber verbas em 2012.

Outro desafio apontado pela Fiep está nas exportações de manufaturados de maior valor agregado. Segundo o coordenador do Departamento de Economia da organização, Maurílio Schmitt, este é o setor que deve atravessar o ano com mais dificuldades.

A queda da participação relativa desses produtos no total exportado pelo Paraná e o forte crescimento das importações de mercadorias do mesmo tipo colaboraram para o déficit comercial de US\$ 1,2 bilhão acumulado pelo estado de janeiro a novembro deste ano. Segundo Schmitt, com a expectativa de manutenção do cenário de exportações do estado, 2012 pode ser mais um ano de saldo negativo na balança comercial paranaense.

Quase 70% das empresas vão contratar

Segundo uma outra sondagem, produzida pela consultoria de recursos humanos Michael Page, 69,9% das empresas pretendem aumentar o seu quadro de funcionários em 2012. "As empresas estão apostando em margens maiores e riscos menores. Assim, devem focar na eficiência de suas operações e das vendas, reduzindo custos e aumentando a eficiência da operação", diz Leandro Muniz, gerente regional da Michael Page no Paraná.

De acordo com o levantamento, 63% das companhias devem elevar o volume de investimentos no ano que vem. A grande aposta das empresas se encontra na melhoria de suas operações, pensando principalmente no aumento da produtividade.

Outro estudo reforça a importância que as vendas terão em 2012. Em levantamento feito pela Câmara Americana de Comércio (Amcham), 70% das empresas ouvidas afirmam que seu foco de investimentos estará nas estratégias comerciais. Outro alvo importante é o marketing, lembrado por 52% das companhias.

Os dois pontos se encaixam nos planos da paranaense Ibema, fabricante de papel cartão. De acordo com o gerente financeiro da companhia, Evaristo Bicalho, a expectativa é de aumentar o volume de vendas em cerca de 13% sobre 2011, devendo atingir a comercialização de 92 mil toneladas.

"Estamos fortalecendo muito nosso departamento comercial, incentivando o trabalho e também dando uma base muito sólida de estatísticas para a equipe. E tudo isso deverá mostrar bons resultados já em 2012", afirma Bicalho.

Ele conta que neste ano a empresa deu prioridade ao corte de custos e que, por isso, o aumento de vendas esperado para 2012 deve ser ainda mais bem recebido. No ano que vem, a empresa também lança um novo posicionamento de marketing, ancorado no conceito da marca trabalhando pelo cliente

Posco ganha contrato de US\$ 4 bi para construir siderúrgica no Brasil

16/12/2011- Valor Econômico

A Posco Engineering & Construction Co. informou nesta sexta-feira ter conseguido um contrato de US\$ 4,34 bilhões para construir uma siderúrgica integrada no Brasil.

A empresa vai assinar o acordo com a Companhia Siderúrgica de Pecém, joint-venture entre a Vale (50%), Dongkuk Steel Mill (30%) e Posco (20%).

A unidade vai ter produção anual de 3 milhões de toneladas e vai ser construída em 2015 no Estado do Ceará.

Dólar tem primeira queda em três dias e vale R\$ 1,861

16/12/2011- Valor Econômico

O pregão de quinta-feira foi bastante movimentado no mercado local. Pela primeira vez desde o começo de 2009, o Banco Central (BC) voltou a ofertar dólares em leilão de linha.

A reação imediata do mercado ao leilão anunciado pela manhã foi de firme venda de moeda. O dólar comercial fez mínima a R\$ 1,854.

No entanto, o BC não aceitou nenhuma proposta para as linhas de cerca de 30 e 60 dias que foram ofertadas. Na visão de alguns corretores, a atuação é bem vinda, mas pecou no prazo, muito curto. Fica a expectativa, agora, quanto à realização de novos leilões desse tipo.

No mercado à vista, o dólar se afastou das mínimas, mas ainda fechou o dia com baixa de 0,69%, a R\$ 1,861 na venda. Vale lembrar que a moeda vinha de três altas seguidas e um ganho acumulado de 3,77%. O giro estimado para o interbancário ficou ao redor de US\$ 1,7 bilhão.

Na Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F), o dólar pronto encerrou com desvalorização de 0,82%, a R\$ 1,8598. O volume negociado foi de US\$ 177,5 milhões.

Também na BM&F, o dólar com entrega para janeiro mostrava baixa de 1,21%, a R\$ 1,865, antes do ajuste final de posições.

Segundo o diretor de tesouraria do Banco Prosper, Jorge Knauer, normalmente, no fim do ano, os bancos internacionais diminuem as linhas externas para os bancos brasileiros e, nesse atual ambiente mundial de crescente incerteza, é provável que esse corte de financiamento tenha sido ou possa ser mais drástico do que o usual.

“Sendo esse o caso, acho que o BC já está fazendo a lição de casa. Sabendo que o mercado pode ficar apertado neste fim de ano, ele já trabalha antecipadamente”, diz o especialista.

Além da menor oferta de crédito em dólar, o mercado lida com outra sazonalidade. A queda nos volumes de exportação, que só voltam a aumentar consistentemente com a safra do próximo ano, e um aumento nas remessas de lucros e dividendos conforme as empresas fecham balanços de ano.

Para outro tesoureiro, além das questões sazonais, a imposição de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre posição vendida em mercado futuro e também sobre captações inferiores a 720 dias não deixam de ser um entrave à entrada de moedas. Além disso, as restrições limitam a atuação dos bancos como arbitradores entre as diferentes taxas que regem a concessão de linhas de crédito externo.

SP responde por previdência de advogados

16/12/2011- Valor Econômico

Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por maioria, que o governo paulista deve responder pela Carteira de Previdência dos Advogados do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (Ipesp). Os ministros julgaram inconstitucionais dois parágrafos do artigo 2º da Lei nº 13.549, de 2009, que estabeleceu regime de extinção para o fundo. A norma isentava o governo estadual de qualquer responsabilidade pelo pagamento de benefícios ou de indenização por insuficiência patrimonial.

Os ministros analisaram duas ações diretas de inconstitucionalidade (Adins), ajuizadas pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). O relator do caso, ministro Marco Aurélio, entendeu que o procedimento de liquidação, "embora legítimo quanto ao fim, não o é quanto ao meio pelo qual implementado". "Imputa aos participantes todo o ônus da preservação do equilíbrio financeiro, até o efetivo término da carteira, olvidando-se que à administração pública incumbia também suportar o risco decorrente da modificação do ordenamento jurídico no transcurso dos anos", disse.

O fundo foi criado pelo governo estadual por meio da Lei nº 5.174, de 1959. Os problemas começaram em dezembro de 2003, com a edição da Lei estadual nº 11.608, que extinguiu a principal fonte de recursos da Carteira de Previdência dos Advogados de São Paulo: as custas judiciais, que representavam 85% do total. O Estado teve que se adaptar à Emenda Constitucional nº 45. A norma estabelece que esses recursos só podem ser utilizados pelo Judiciário.

Quatro anos depois, o governo estadual criou a São Paulo Previdência (SPPrev) - que só poderia atender servidores públicos - e decidiu extinguir o Ipesp. Depois de uma negociação com a categoria, decidiu-se manter o fundo até que fosse atendido o último advogado inscrito, numa estimativa de 80 anos. Entretanto, o Estado deixou claro na lei que não teria mais responsabilidade sobre ele. "A condição foi imposta pelo governo. Acabamos aceitando porque sabíamos que ela era inconstitucional", afirmou o advogado Márcio Kayatt, presidente do Conselho da Carteira de Previdência dos Advogados - que tem cerca de 20 mil contribuintes e três mil aposentados. "Agora, o Supremo reconheceu a responsabilidade objetiva do Estado."

Provocado pela seccional paulista, o Conselho Federal decidiu recorrer ao Supremo. Em seu voto, Marco Aurélio fez um breve resumo da história do fundo, lembrando dos laços existentes com o governo estadual. "Na extinção da Carteira de Previdência, como preconizado na norma atacada, não se pode desconsiderar o estreito vínculo existente, desde a criação, entre o Estado de São Paulo e o respectivo fundo", disse ele, lembrando que a instituição gestora sempre foi entidade pública, "cuja responsabilidade pela inviabilidade financeira e jurídica descabe imputar aos participantes". Procurada pelo **Valor**, a Procuradoria-Geral do Estado não deu retorno até o fechamento da edição.

Federação paranaense e parceiro informam o peso dos tributos

16/12/2011- Agência CNI

Curitiba - A [Federação das Indústrias do Estado do Paraná \(FIEP\)](#) e o Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem no Estado do Paraná (Sinditêxtil) iniciaram na última quarta-feira (14/12), em Curitiba, uma ação para mostrar o impacto da elevada carga tributária sobre o poder de consumo da população. A intenção das entidades é aproveitar o período de compras natalinas para informar a sociedade sobre a necessidade de reestruturação no sistema tributário brasileiro. A ação segue até o próximo sábado, 17 de dezembro, quando será realizada uma mobilização no calçadão da Rua XV de Novembro, com apoio da Associação Comercial do Paraná (ACP).

Ontem a mobilização ocorreu na esquina da Avenida Cândido de Abreu com a Rua Barão de Antonina, no Centro Cívico, em frente à sede da FIEP. Os motoristas que passavam pelo cruzamento recebiam um panfleto com exemplos da incidência de impostos sobre diferentes produtos. Além disso, era entregue uma caneta – com uma mensagem informando que os tributos representam 48% do valor daquele brinde – e um adesivo com a indicação de que os brasileiros trabalham cinco meses por anos apenas para pagar impostos. Além disso, faixas em frente aos veículos mostravam a frase: “Você poderia comprar mais presentes neste Natal se os impostos fossem menores.”

O presidente do Sinditêxtil, Nelson Furman, explica que o objetivo da mobilização é despertar a consciência das pessoas sobre a necessidade de uma carga tributária mais justa. “Não somos contra o pagamento de impostos, mas queremos aproveitar o período de compras de Natal para conscientizar a população sobre o fato de que tributos mais justos só trariam benefícios para o país”, afirmou.

A mobilização foi bem recebida pelos motoristas que passavam pelo local. O advogado Alcir Sperandio classificou o movimento como importante, já que, apesar de se falar muito sobre o peso dos impostos, poucas pessoas têm real consciência sobre o impacto da carga tributária. “Alardeia-se muito, mas poucos conhecem o peso dos impostos”, disse. “Uma carga tributária menor, desde que bem aplicada, seria benéfica para o país”, acrescentou.

A opinião do bancário Alexander Cruz é parecida. “As pessoas não sabem quanto pagam em impostos”, disse. “Menos impostos com certeza poderiam incentivar o consumo”, completou.

A ação da Sombra do Imposto pelas ruas de Curitiba continua nesta quinta-feira, 15 de dezembro, das 7h30 às 10h00 e das 16h30 às 19h00, em dois pontos da cidade: no cruzamento das avenidas Marechal Floriano Peixoto e Marechal Deodoro, no Centro, e também na Avenida Comendador Franco (Avenida das Torres), esquina com Rua Alberto Twardowski, no Jardim Botânico.

No sábado a ação será realizada, das 10h00 às 13h00, no calçadão da Rua XV de Novembro, um dos principais pontos de comércio da capital. Com apoio da Associação

Comercial do Paraná (ACP) e do Conselho de Jovens Empresários (CJE), o movimento fará uma passeata pelo calçadão com distribuição de panfletos, adesivos e canetas.

Secretária do MDIC nega mudança em alta do IPI para carros importados

16/12/2011- Newsletter Automotive Business

A secretária de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (**MDIC**), **Heloisa Menezes**, disse nesta quinta-feira, 15, que o aumento do IPI sobre automóveis importados que não cumprem o índice de nacionalização de 65%, e que entrará neste dia 16, não será alterado ao longo do ano de 2012.

Heloisa explicou que o governo analisa possíveis mudanças, por exemplo, no cálculo do índice de nacionalização, que hoje considera itens como publicidade e margem de lucro da revendedora. Ela disse, porém, que qualquer alteração só valerá a partir de janeiro de 2013.

Segundo a secretária, o governo pretende decidir essas mudanças o quanto antes, apenas para que os setores envolvidos se preparem para as alterações a partir de 2013. O mesmo se aplica aos regimes alternativos para as montadoras que desejam entrar no mercado brasileiro a partir de agora.

Arrecadação de IPI de automóveis cresce 22,21% no ano

16/12/2011- Newsletter Automotive Business

Números da **Receita Federal** divulgados nesta quinta-feira, 15, apontam aumento de 22,21% na receita gerada de janeiro a novembro pelo Imposto sobre Produtos Industrializados (**IPI**) dos automóveis na comparação com igual período do ano passado, para R\$ 6,6 bilhões. O valor corresponde a 0,75% de participação do total da receita gerada pelo imposto no período.

Em novembro, houve queda de 26,74% com relação ao mesmo mês de 2010, para R\$ 470 milhões. Segundo a Receita, a conjugação de alguns fatores contribuiu para este resultado, como o aumento do número de veículos faturados previamente pelas concessionárias em setembro de 2011, e consequente redução em outubro, em razão do aumento na alíquota do IPI, gerando acréscimo na arrecadação de outubro e queda na de novembro.

Na arrecadação do IPI de outros setores houve queda de 7,30% no mês passado sobre novembro de 2010, impulsionada pela retração acentuada de 20,75% no segmento de metalurgia. Na mesma comparação, a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), que incide sobre combustíveis recuou 11,90%, resultado que reflete as reduções da alíquota verificadas em setembro e novembro, informou a Receita em nota.

Em sentido contrário, a receita gerada pelo IOF cresceu 12,31% em novembro, resultado das alterações nas alíquotas nas operações de crédito para pessoas físicas e do crescimento de 17,62% do volume de operações de crédito.

Flávio Meneghetti sucede Sérgio Reze na Fenabrave

16/12/2011- Newsletter Automotive Business

As 50 associações que formam a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (**Fenabrave**) elegeram na quarta-feira, 14, **Flávio Antonio Meneghetti** (foto) novo presidente do conselho deliberativo e diretor da entidade para o triênio 2012-2014. A solenidade de posse ocorreu na mesma data e reuniu lideranças da entidade e representantes de toda a cadeia da indústria automotiva.

Meneghetti, concessionário da marca Fiat, sucede a Sérgio Reze, que esteve à frente da entidade nos últimos seis anos, de 2006 a 2011. Pós-graduado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas-SP, Meneghetti atuou no First National Bank of Chicago, em São Paulo, Nova Iorque e Chicago até 1973, ano em que iniciou sua carreira empresarial no setor automotivo, tornando-se sócio-fundador da concessionária de caminhões Marajó Comércio de Veículos para as marcas Fiat e Iveco, que deu origem ao Grupo Marajó. Atualmente, o grupo representa, exclusivamente, automóveis. O executivo iniciou sua carreira associativa como vice-presidente da Associação Brasileira dos Concessionários de Automóveis Fiat (ABRACAF), em 1977, tornando-se presidente em 1989. Em 1997, foi vice-presidente da Fenabrave.

O conselho diretor também contará com Alarico Assumpção Júnior, que permanece como presidente executivo, cargo ocupado desde o último mandato de Sérgio Reze. Também foram eleitos onze novos vice-presidentes para o período 2012-2014:

Antonio Figueiredo Netto
Elias dos Santos Monteiro
Edson Luchini
José Alberto Gisondi
Mário Sérgio Moreira Franco
Mauricio de Souza Queiroz
Paulo Matias
Paulo de Tarso Costa Beber
Gláucio José Geara
José Carneiro de Carvalho Neto
Octávio Leite Vallejo

Trabalho realizado a distância não impede reconhecimento de vínculo

16/12/2011- Notas COAD

Foi publicada no Diário Oficial de hoje, dia 16-12, a Lei 12.551, de 15-12-2011, que altera o artigo 6º da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1-5-43 (Portal COAD), para estabelecer que desde que estejam

caracterizados os pressupostos da relação de emprego, não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador e o realizado a distância.

Veja a seguir a íntegra da Lei 12.551/2011:

"LEI Nº 12.551, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011

Altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos.

A P R E S I D E N T A D A R E P Ú B L I C A

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º Não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância, desde que estejam caracterizados os pressupostos da relação de emprego.

Parágrafo único. Os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão se equiparam, para fins de subordinação jurídica, aos meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de dezembro de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF

Paulo Roberto dos Santos Pinto"